

entre o MP/PA e a FACULDADE, para seleção pública de estagiários.
 DATA DA ASSINATURA: 11/03/2022.
 VIGÊNCIA: 15/03/2022 a 15/03/2024.
 ORDENADOR RESPONSÁVEL: Dr. César Bechara Nader Mattar Júnior.

Protocolo: 771101

EXTRATO DE PORTARIA

A PROMOTORA DE JUSTIÇA TITULAR DO 1º CARGO DA PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM, Dra. SINTIA NONATA NEVES DE QUINTALHA BIBAS MARADEI, torna pública a instauração de Procedimento Administrativo, que se encontra à disposição na Promotoria de Justiça de Defesa da Infância e Juventude de Belém, situada na rua Angelo Custódio, nº 85, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará. PORTARIA de Instauração nº 004/2022
 Data da Instauração: 11/03/2022
 Objeto: atuar no fortalecimento da rede de atendimento voltado ao público infanto-juvenil em situação de vulnerabilidade no espaço de rua no município de Belém.
 Promotora de Justiça: 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE DE BELÉM
 Promotora de Justiça: SINTIA NONATA NEVES DE QUINTALHA BIBAS MARADEI

Protocolo: 771122

EXTRATO DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 000652-151/2021

O 1º PROMOTOR DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELÉM, DR. ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000652-151/2021, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará. PORTARIA de Instauração nº 03/2022 – Data da Instauração: 22/02/2022.
 Objeto: Apurar possíveis irregularidades com relação ao Pregão Eletrônico SRP nº 02/2018, firmando pelo Departamento de Trânsito do Estado do Pará – DETRAN, para contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados, continuados de solução integrada de gestão, fiscalização de trânsito e outros.
 Promotor de Justiça: ALEXANDRE MARCUS FONSECA TOURINHO.
 Promotora de Justiça: 1ª Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém.

Protocolo: 771129

EXTRATO DA INSTAURAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO Nº 000958-151/2021

A PROMOTORA DE JUSTIÇA DE ATRIBUIÇÕES GERAIS DE BELÉM – EM ATUAÇÃO CONJUNTA COM A 1ª PROMOTORA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA DE BELÉM, Dra. ADRIANA PASSOS FERREIRA, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 000958-151/2021, que se encontra à disposição na sede do Ministério Público na Rua João Diogo nº 100, bairro da Cidade Velha, nesta cidade de Belém do Pará. PORTARIA de Instauração nº 04/2022 – Data da Instauração: 03/03/2022.
 Objeto: Apurar supostas irregularidades relacionadas ao Contrato Emergencial nº 094/2021, oriundo da Dispensa de Licitação nº 22/2021, firmado entre o Banco do Estado do Pará – BANPARÁ e a Empresa POLO Segurança, para prestação de serviços de vigilância armada ininterrupta nas agências da instituição.
 Promotora de Justiça: ADRIANA PASSOS FERREIRA.
 Promotora de Justiça: 1ª Promotora de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa de Belém.

Protocolo: 771130

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotora de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNPJ; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.
 PORTARIA: nº 146-2021-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.
 Parte no Procedimento: REDE PRECIOSINA DE EDUCAÇÃO ASSOCIAÇÃO BERÇO DE BELÉM, CNPJ: 05.351.598/0001-87.
 Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2020.
 HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
 1ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 771208

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotora de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNPJ; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.
 PORTARIA: nº 143-2021-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.
 Parte no Procedimento: LEGIÃO DA BOA VONTADE, CNPJ: 33.915.604/0044-57.
 Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2020.
 HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
 1ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 771196

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotora de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNPJ; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.
 PORTARIA: nº 144-2021-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.
 Parte no Procedimento: MATERNIDADE DO POVO, CNPJ: 04.933.933/0001-92.
 Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2020.
 HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
 1ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 771199

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotora de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNPJ; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.
 PORTARIA: nº 145-2021-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.
 Parte no Procedimento: MOVIMENTO DAS MULHERES DAS ILHAS DE BELÉM – MMBB, CNPJ: 05.963.876/0001-57.
 Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2020.
 HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
 1ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 771203

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotora de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNPJ; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.
 PORTARIA: nº 148-2021-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.
 Parte no Procedimento: SOCIEDADE BENEFICENTE E COOPERATIVISTA CRISTO REDENTOR, CNPJ: 04.835.989/0001-04.
 Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2020.
 HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
 1ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 771222

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotora de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNPJ; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº 03/2015-MP/PGJ/CGMP; Provimento Conjunto nº 005/2020-MP/PGJ/CGMP torna pública a Instauração de Procedimento Administrativo de Prestação de Contas Finalísticas.
 PORTARIA: nº 147-2021-MP/1ª e 2ª PJTFPAISFRJE.
 Parte no Procedimento: SERVIÇO ATENDIMENTO EM REABILITAÇÃO-SABER, CNPJ: 34.638.726/0001-76.
 Assunto: Apuração da Prestação de Contas Finalística do ano calendário de 2020.
 HELENA MARIA OLIVEIRA MUNIZ GOMES
 2ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial
 1ª Promotora de Justiça de Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial – Em exercício Coordenadora do Núcleo do Terceiro Setor

Protocolo: 771215

Extrato da PORTARIA

O Ministério Público do Estado do Pará, por intermédio da Promotora de Justiça de Tutela de Fundações Privadas Associações de Interesse Social, Falência, Recuperação Judicial e Extrajudicial, no desempenho de suas atribuições legais, nos termos do Artigo 129, inciso I da CF/88, nos Artigos 25, inciso III, e 26, inciso I, da Lei nº 8.625/93, no Artigos 52, incisos I e II, 54, inciso I e 56, IV da Lei Complementar Estadual nº. 057/2006, Artigos 8º, incisos II, IV e parágrafo único, e art. 9º da Resolução nº. 174/2017-CNPJ; Resolução nº 020/2013-CPJ; Provimento Conjunto nº